



107 unidades do MPU de 15 estados estão em greve, diz sindicato

Servidores estão de braços cruzados em 107 unidades do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar. Segundo o Sindicato dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (Sinasempu), a paralisação atinge 15 estados brasileiros.

Alguns estados aderiram à paralisação somente de forma parcial, como São Paulo — que decidiu na última segunda-feira (9/2) participar das reivindicações parando somente duas horas por dia —, enquanto em outros a paralisação é total e por tempo indeterminado.

Os servidores vinculados ao Ministério Público da União marcaram para esta terça-feira (10/02) um ato nacional de greve nos estados. Em Brasília, o ato está marcado para às 13h, em frente à sede do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília.

De acordo com o sindicato, o objetivo principal da paralisação dos servidores é reivindicar um reajuste salarial de 13,23% para a categoria em âmbito nacional — os servidores afirmam que não recebem reajuste há nove anos. O Sinasempu aponta, ainda, que a aderência ao movimento grevista está sendo estabelecida em assembleias dos servidores de cada estado do país.

Ainda de acordo com o sindicato, o movimento de greve foi deflagrado oficialmente e nacionalmente na última quinta-feira (5/2). No entanto, como noticiou a revista eletrônica **Consultor Jurídico**, os servidores do MPU no Distrito Federal já haviam deliberado fazer [paralisação sem tempo definido ainda no dia 30 de janeiro](#), quando houve uma paralisação nacional com indicativo de greve.

Clique [aqui](#) para ler o requerimento enviado à PGR com a pauta de reivindicações administrativas para o fim da greve.

Veja abaixo a lista de unidades que aderiram à greve em cada estado, segundo o Sinasempu:

Alagoas (4 unidades): Procuradoria da República de Alagoas; Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região; Procuradoria da República nos municípios de Arapiraca e Arapiraca.

Bahia (15 unidades): Procuradoria da República da Bahia; Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região; Procuradoria da República nos municípios de Alagoinhas, Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jequié, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista; Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Itabuna e Santo Antônio de Jesus.

Ceará (3 unidades): Procuradoria da República no Ceará; Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região e Procuradoria da República no município Sobral.



Distrito Federal (6 unidades): Procuradoria Geral da República; Procuradoria Geral do Trabalho; Procuradoria Regional da República da 1ª Região; Procuradoria da República no Distrito Federal; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Conselho Nacional do Ministério Público.

Goiás (3 unidades): Procuradoria da República de Goiás; Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e Procuradoria da República no município de Rio Verde.

Maranhão (2 unidades): Procuradoria da República do Maranhão e Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região.

Mato Grosso (8 unidades): Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Procuradoria do Trabalho nos Municípios de Água Boa, Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop; e Procuradoria da República no município de Rondonópolis,

Mato Grosso do Sul (5 unidades): Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul; Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região; Procuradoria da República nos municípios de Dourados, Naviraí e Três Lagoas.

Minas Gerais (11 unidades): Procuradoria da República de Minas Gerais; Procuradoria da República nos municípios de Divinópolis, Ipatinga, Montes, Claros, Uberlândia, Patos de Minas, Sete Lagoas, Uberaba e Varginha; Procuradoria do Trabalho nos Municípios de Juiz de Fora e Montes Claros.

Pará (4 unidades): Procuradoria da República no Pará; Procuradoria da República nos municípios Itaituba, Santarém e Tucuruí.

Paraná (10 unidades): Procuradoria da República no Paraná; Procuradoria da República nos municípios de Campo Mourão, Cascavel, Francisco Beltrão, Guaíra, Jacarezinho, Londrina, Paranaguá, Paranavaí e Pato Branco.

Piauí (7 unidades): Procuradoria da República no Piauí; Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região; Procuradoria da República nos municípios de Floriano, Parnaíba e Picos ; Procuradoria do Trabalho nos municípios de Bom Jesus e Picos.

São Paulo (7 unidades): Procuradoria Regional da República da 3ª Região (2h/dia); Procuradoria da República em São Paulo (2h/dia); Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (2h/dia); Procuradoria da Justiça Militar (2h/dia); Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas (2h/dia); Procuradoria da República no município de Campinas (2h/dia); e Procuradoria do Trabalho no município de São José dos Campos (48h).

– **Rio de Janeiro (16 unidades):** Procuradoria Regional da República da 2ª Região; Procuradoria da República no Rio de Janeiro; Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região; Procuradoria da República nos municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João do Meriti, São Pedro da Aldeia, Teresópolis e Volta Redonda; Procuradoria do Trabalho nos municípios de Campos dos Goytacazes e Petrópolis.



Rio Grande do Sul (3 unidades): Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região; Procuradoria do Trabalho nos municípios de Caxias do Sul e Pelotas.

Santa Catarina (1 unidade): Procuradoria Regional do município de Blumenau.

Date Created

10/02/2015